

Ata n.º 23
Reunião do Conselho Intermunicipal
da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
(Extraordinária)

No dia 22 de maio de 2019, pelas 15h00, na sala 9 desta CIM RC, reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, José Carlos Alexandrino Mendes, ao abrigo da alínea c) do artigo 92.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ordem do Dia

1. Propostas

1.1. Instituto Superior Miguel Torga

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal, José Carlos Alexandrino Mendes, deu início à reunião, após a verificação de existência do quórum necessário.

Da lista de presenças que se anexa como número um à presente ata, registou-se que participaram na reunião:

Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira;

Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Nuno Moita da Costa;

Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Carlos Ângelo Ferreira Monteiro;

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Góis, Mário Barata Garcia;

Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Miguel Correia Antunes;

Presidente da Câmara Municipal da Mealhada, Rui Manuel Leal Marqueiro;

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Ana Maria dos Santos Marreco e Rosa de Gouveia;

Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, José Júlio Norte;

Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, José Alberto Pacheco Brito;

Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Humberto José Batista Oliveira;

Presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Filipe Lourenço Matias;

Presidente da Câmara Municipal de Soure, Mário Jorge Nunes;

Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Mário Almeida Loureiro;

Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Miguel Sousa Henriques.
Esteve igualmente presente na reunião, o Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito.

Ordem do Dia

1.Propostas

1.1. Instituto Superior Miguel Torga

O Presidente do CI disse tratar-se de um processo complexo, longo, o CI já se mostrou por várias vezes preocupado com as responsabilidades financeiras que resultam deste arrastar desta situação, por isso se entende que é chegada a altura de se criarem estratégias e encontrar caminhos para a rápida resolução deste problema.

Interveio o Secretário Executivo Intermunicipal aludindo ao documento distribuído pelos Srs. Presidentes, “Principais Conclusões” resumo/sumário feito pela BDO, bem como à informação interna na qual se elencam as principais diligências efetuadas desde que a CIM RC se tornou a entidade recetora da universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Coimbra.

Sobre a matéria em apreço fez uma extensa resenha contextualizando os presentes das diligências efetuadas, referiu as “entidades chaves” neste processo a Direção Geral do Ensino Superior e a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) ambas autónomas. Destacou as diligências efetuadas perante o Tribunal de Contas e o IRN do registo patrimonial do ISMT.

Lembrou a deliberação em CI, em agosto passado, onde com base na negociação com DGES foi permitida a criação de uma Comissão de Gestão (CG) para acompanhamento dos processos e apelou ao conselho para que rapidamente fossem agilizadas decisões sobre este processo.

Recordou que a partir de 2014, de acordo com a Due Delligence, o ISMT deixou de ter autonomia financeira, patrimonial e administrativa e preserva unicamente autonomia pedagógica e todos os atos praticados depois desta data carecem de ratificação do CI se assim for entendido. Avançou que há questão dos passivos para resolver conforme resulta da auditoria, nomeadamente associados a créditos laborais, derivantes de atos de gestão do próprio instituto, e recordou questões que a auditoria não clarificou relacionadas com sociedades detidas pelo próprio instituto.

Tomou a palavra o Presidente da CM de Penela, elemento da CG, dizendo que da reunião com o pessoal docente, com ligação de anos à casa, se constatou um descontentamento

generalizado pela forma como são tratados e a forma como tem sido feita a gestão no dia-a-dia. Lamenta a desresponsabilização da direção de atos que já se encontram inclusivamente condenados pela via judicial, bem como o teor da carta assinada pelo Sr. Presidente do Conselho Diretivo do ISMT, informou que os cursos mapeados são oferta complementar, que não existe na região e que o número de matrículas se mantém estável.

Julga que se deve manter a instituição em condições de funcionamento, assim como outro nível de participação e presença na gestão do ISMT. Notou que a presença da CG nas reuniões de direção não trouxe qualquer mudança, continuam a fazer uma gestão corrente e atos dispositivos sem qualquer consideração pela CIM RC, a proposta de estatutos é em sua opinião surreal.

Prosseguiu dizendo que se deve preparar o processo de transição, a CIM RC deve fazer parte do processo de constituição da Associação que irá permitir a continuidade da entidade num processo transparente e democrático.

Por seu lado o Presidente da CM de Penacova corroborou o que foi dito pelo seu homólogo de Penela, alertou para o ambiente de tensão, pouco saudável que ali se vive e se verifica nas reuniões do Conselho Diretivo, para a falta de autonomia administrativa e financeira do Conselho Diretivo leva-o a dizer que enquanto membro do CI não está “mais disposto a branquear” aquilo que foi feito a partir da data de legitimação daquele órgão.

O Presidente da CM de Montemor-o-Velho recordou que foi contra a presença dos Srs Presidentes na CG, mostra-se totalmente solidário com os seus colegas, lamenta a atitude do atual conselho diretivo e entende que hoje se deve tomar uma posição mais pertinente dentro dos mecanismos legais com a contratação de serviços de um advogado. “Não pactuo com mais nenhuma solução de deixa andar. O que se pretende é apenas que o Instituto funcione em prol dos seus beneficiários e nada mais. “ Ainda no uso da palavra disse que a CIM é a legítima herdeira da situação e quer resolver a mesma de uma vez por todas.

O Presidente da CM da Lousã questiona os Srs. Presidentes de Penacova e Penela, atendendo ao seu envolvimento mais direto, se têm alguma medida mais concreta a apresentar, agradecendo em primeiro lugar o papel que têm vindo a assumir.

Partilha da opinião dos seus colegas em relação ao valor dos trabalhadores e dos alunos que esta instituição incorpora. Referiu que as ações praticadas pelo CD, o *modus operandi*, não é o adequado a uma solução mais consensualizada, deseja a continuação do ISMT mas assegurando a regularidade do funcionamento da entidade que está subjacente em termos de gestão devidamente refletido na proposta de estatutos.

Interveio a Sra. Presidente da CM de Cantanhede mostrando-se preocupada com a responsabilidade judicial que caberá aos membros do CI conhecedores desta situação há anos, questionando se não se deveria tomar uma ação imediata relativamente à administração do próprio instituto. Partilha da mesma opinião do seu homólogo de Montemor-o-velho em relação à contratação jurídica.

Por seu turno o Presidente de Soure lamenta o arrastar da situação, recorda o estatuto do autarca, e as suas responsabilidades, no qual é punido o comportamento público de um processo que é público, por prevaricação e abuso de poder por falta de ação. Considera que se deve tomar uma atitude do ponto de vista formal, a contratação do advogado que comunique ao Ministério Público. Está ponderar tomar uma iniciativa particular, enquanto cidadão, caso o CI não tenha outro tipo de ação mais musculada, junto do Ministério Público.

Interveio o Presidente da CM de Condeixa-a-Nova questionando a possibilidade de se afastar a atual direção do CD e posteriormente criar uma associação que permita gerir a instituição. Entende que a CIM deve dar conta das irregularidades detetadas ao Ministério público protegendo assim todos os presentes.

Tomou a palavra o Presidente da CM de Mortágua, preocupado com este processo, concorda com os demais e entende que se deve avançar com uma solução para o mesmo o mais rapidamente possível, por forma a evitar sanções para uma entidade que apenas está a tentar esclarecer e resolver da melhor forma possível toda esta situação.

Por seu lado também o Sr. Presidente da CM de Tábua e a Sra. Vice-Presidente da CM de Miranda do Corvo se mostram receosos que alguma responsabilidade negativa venha a ser imputada à CIM, sugerindo que os Srs. Presidentes que compõem a CG avancem rapidamente com propostas para solucionar este assunto. Esta última acrescentou que se deve recorrer aos tribunais e ao Ministério Público.

Interveio o Presidente da CM de Vila Nova de Poiares mostrando-se solidário com tudo o que foi dito, referiu que não vê qualquer justificação para este assunto se continuar a arrastar no tempo. À semelhança dos seus pares gostaria de saber quais as soluções a adotar neste momento.

O Presidente da CM de Penacova admite a dificuldade nas soluções mas julga que se devem avaliar os danos colaterais que a solução causar.

Retomando a palavra o Presidente de Montemor-o-velho disse estar de consciência tranquila, o que votou favoravelmente aqui nesta sede foi unicamente para defender o interesse público dos alunos, dos docentes e restantes trabalhadores do ISMT. Manteve a sua posição anterior,

ou seja a de entregar o processo a um mandatário forense com o objetivo da demissão do CD e a nomeação de uma comissão administrativa (de transição) que assegure a legalidade da gestão do instituto.

O Presidente do CI propôs que a substituição do atual Conselho Diretivo criando uma Comissão de Gestão durante um ano, comissão essa composta por pessoas escolhidas por este órgão, até ser possível a entrega a uma associação. Esclareceu que a ausência do Sr. Presidente da CM Coimbra se deve a questões de ordem municipal. Indicou que se deve solicitar a marcação de uma reunião urgente à A3ES, para discussão desta temática

O Presidente da CM de Montemor-o-Velho insiste na possibilidade de se contratar em primeiro lugar um mandatário para efetuar as diligências preliminares.

O Presidente da CM de Penela entende que a CG teria competência para fazer as diligências para a constituição da associação para garantir a forma e o modo como a CIM RC deve estar presente na gestão do instituto. Esta CG deve ter a assumir a presidência alguém com o perfil respeitado na comunidade académica, em que se insere, mas também um perfil de gestão, deve ter dois vogais remunerados que consigam neste ano de mandato prestar as informações necessárias e cumprir as obrigações. Sabe da dificuldade que vai ser encontrar alguém com este perfil.

O Presidente da CM da Figueira da Foz julga que se deve consultar o Sr. Presidente da CM de Coimbra nesta decisão, município onde se localiza o ISMT, apesar de concordar que se juntem as duas propostas: nomear um mandatário para acompanhar o processo, analisar todos os atos, destituir o Conselho Diretivo e nomear Comissão de Gestão. Esta sugestão mereceu a concordância dos presentes.

Em resumo o Secretário Executivo Intermunicipal conclui que a proposta a adotar será: em primeiro lugar desencadear os trabalhos com vista a análise, desde 2014, de todos os atos realizados pelo ISMT sem legitimidade para os fazer, para ratificação ou não por este CI; segundo, encontrar um mandatário para acompanhar o processo; terceiro, iniciar formalmente um processo com vista à constituição de uma Comissão de Gestão e destituição do atual Conselho Diretivo.

O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta agora apresentada.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente do CI propôs aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

E não havendo mais nada a tratar, deu por encerrados os trabalhos eram dezoito horas.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, José Carlos Alexandrino Mendes e pela Assistente Técnica, Gisela Parreiral, que secretariou a reunião.

O Presidente do Conselho Intermunicipal

(José Carlos Alexandrino Mendes)

A Assistente Técnica que secretariou a reunião

(Gisela Parreiral)